

Editorial

Editorial

Oportunidades e riscos da língua portuguesa no quadro da globalização: Algumas questões para discussão.

Opportunities and risks of the Portuguese language in the context of globalization:

Some questions for discussion.

Eduardo Leite, Diretor RE3; Editor Chefe Editora Académica

Email: director@revistae3.com

A globalização do planeta acentuou-se significativamente no final da década de 1980, sendo atualmente caracterizada por: i) homogeneização dos centros urbanos; ii) expansão das corporações para regiões fora dos seus núcleos geopolíticos; iii) revolução tecnológica nas comunicações; iv) reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais, em vez de ideológicos; v) anexação das culturas populares locais por uma cultura de massa universal.

Neste quadro, os países deparam-se com diversos desafios globais aos quais estão com dificuldade em responder internamente, fazendo ressaltar a necessidade de cooperação externa. Por exemplo, a crise económica e financeira de 2008 teve início nos EUA, mas rapidamente contagiou o mundo. A partir daí, países como Portugal e Espanha, só para citar alguns casos, têm sentido muita dificuldade em financiar-se nos mercados internacionais, sendo essencial a ajuda externa para evitar a entrada em incumprimento, tal como sucedeu anteriormente com a Islândia e a Grécia. Outro exemplo é a crise migratória no Mediterrâneo, em que a Itália e a Grécia, também afetados pela crise, não teriam condições de receber e instalar um número inesperado de migrantes, sem a ajuda dos restantes membros da União Europeia. Por último, o terrorismo em França será muito difícil de combater e erradicar, num quadro de fronteiras abertas e de mobilidade de pessoas e bens, se as outras nações não forem solidárias no combate ao crime organizado. Poderíamos acrescentar outros casos, mas estes são alguns dos exemplos mais paradigmáticos, em que as estruturas dos Estados, por si só, se mostram insuficientes para resolver os efeitos colaterais da globalização, necessitando de recorrer à ajuda internacional.

A cooperação internacional surgiu formalmente em 1964, na II Conferência Afro-Asiática, em resultado da proposta de um programa para a paz e a cooperação externa. Desde então, esta estratégia desenvolveu-se, sendo, atualmente, vista como um instrumento essencial ao desenvolvimento económico, social e político dos países.

É nesta linha que surgem organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o aprofundamento da amizade mútua e de colaboração entre os seus membros, tendo por base uma história e língua em comum. Inicialmente sentiram-se sérias dificuldades em passar da ideia à prática e operar para além do domínio político. Todavia, nota-se um esforço significativo dos responsáveis da organização em estender a CPLP a outras áreas de intervenção, designadamente: económica, financeira, cultural e científica.

Neste sentido, as organizações civis, tanto de âmbito empresarial, como social, podem e devem encarar a CPLP, como fonte de oportunidades de desenvolvimento e crescimento externo. No caso da Revista E3, uma vez que atuamos no âmbito da educação e ciência em português, vislumbramos grandes oportunidades, apesar do nosso contributo ser limitado à nossa dimensão. Com efeito, como referimos acima entre os efeitos da globalização, estão a formação de blocos comerciais transnacionais em vez de ideológicos. Logo, as questões ideológicas apesar estarem, ainda, muito presentes na nossa sociedade, tendem a deixar de servir os interesses das pessoas, aumentando a procura pelo desenvolvimento de uma sociedade assente no conhecimento e na dinâmica económica. Uma sociedade em que a informação, a educação e a comunicação, baseadas nas potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação, possam desenvolver-se, transpor e romper as barreiras geográficas, económicas, políticas e sociais.

Decorrente deste processo, projetos de investigação no âmbito da ciência e tecnologia, como a RE3 têm uma responsabilidade social acrescida, uma vez que o conhecimento é o nosso objeto de trabalho. A definição clássica de conhecimento é originária de Platão, segundo o qual, conhecimento consiste nas crenças verdadeiras e justificadas. Em termos práticos, o conhecimento é o processo de sistematização do mundo, reorganizando-o em diversas perspetivas, com o intuito de compreender e melhorar a intervenção humana. Essa reorganização implica a criação e a discussão

de modelos interpretativos da realidade que gerem ações práticas e, continuamente, forcem a rever e melhorar a sua aplicação e ampliação ou, mesmo, o seu abandono, na medida em que o seu alcance explicativo é posto em questão por dois movimentos distintos e paralelos: Um desses movimentos deriva da percepção das suas incongruências internas e o outro, externo, resulta das tensões com a práxis.

Assim, gostaríamos de incentivar essa discussão e, eventualmente, contribuir para o aparecimento de ações práticas, em torno das questões seguintes:

Sendo o português a quarta língua mais falada no mundo, porque seguir uma política científica de total submissão ao inglês?

Nesse sentido, valerá a pena falar-se na aliança entre a comunidade dos países de língua portuguesa e, paralelamente, trabalharmos em favor do domínio da língua inglesa?

Estará a nossa cultura ameaçada pelo desenvolvimento de uma cultura de massa universal que se desenvolve com a globalização?

O português estará associado às culturas dominantes e a CPLP será uma potência comercial? Ou, pelo contrário, o português corre o risco de desaparecer e a CPLP é uma plataforma de resistência?

A globalização estimula a segmentação do mundo em áreas comerciais, qual o papel das economias da CPLP? A que bloco comercial estaremos associados?

Angola está na União Africana, o Brasil está no Mercosul e Portugal na União Europeia. Sendo assim, é possível harmonizar estes espaços com o espaço da CPLP? Ou serão incompatíveis face às diferenças estruturais? Por exemplo, na União Europeia passamos três décadas a harmonizar economias para uma maior integração. Volvido esse tempo, parece que o fosso entre as economias é maior do que quando começamos.

Será o Brasil a liderar a superestrutura de língua portuguesa, dado ser o país de maior expressão, dado ser o cenário mais provável em globalização?

Terá sido o acordo ortográfico, a primeira manifestação de poder por parte do Brasil?

Os outros países, especialmente Portugal, estarão disponíveis para aceitar uma posição subordinada, quando foi durante séculos o país dominante?

Serão estas as indefinições que impedem a CPLP de evoluir mais em termos práticos?

São estas e outras questões relacionadas com a CPLP e o futuro da língua portuguesa, enquanto língua científica no mundo, que convido à reflexão, conjunta, em edições futuras da RE3, perspetivando o nosso lugar no mercado global.

Relativamente a esta edição, como é habitual temos artigos do Brasil e Portugal de grande qualidade. Espero, brevemente, ver chegar artigos de outros países e da Diáspora. Felizmente, temos já confirmado para a próxima edição um artigo do nosso Editor Timor Leste, o que nos agrada bastante. Por agora, gostaria de realçar o artigo dos colegas Fernando Oliveira Tavares, Luís Pacheco, Luís Gomes Almeida, intitulado “O Rendimento do Imobiliário no Concelho de Lisboa, em Portugal”, dado o seu conteúdo ter tido uma avaliação cega por pares muito boa. Na mesma linha, o artigo da colega Ana Paiva em coautoria com o colega António Pedro Cipriano, “O Príncipe de Maquiavel – Caixa de Perguntas”, obteve igualmente uma ótima avaliação quanto à escrita e originalidade da abordagem.

Antes de concluir, aproveito, ainda, para referir que estamos já indexados ao *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e que isso se deve também ao vosso inestimável contributo.

Por tudo isto, estou muito grato e desejo uma agradável leitura.